

TRADUÇÃO

BONILLA-SILVA, Eduardo. Rethinking Racism: Toward a Structural Interpretation. *American Sociological Review*, Vol. 62, No. 3 (Jun., 1997), pp. 465-480.¹

FERNANDA OLIVEIRA

Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Porto Alegre | Rio Grande do Sul | Brasil
feolisilva@gmail.com
orcid.org/0000-0001-8198-3552

MELINA PERUSSATTO

Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Porto Alegre | Rio Grande do Sul | Brasil
melinaperussatto@gmail.com
orcid.org/0000-0001-9356-5956

APRESENTAÇÃO DO EDITOR

A publicação deste artigo após vinte e cinco anos de sua versão original na *American Sociological Review* (1997) é uma amostra por si só da letargia com relação ao tratamento da questão racial nas ciências humanas e sociais brasileira, arraigadas por anos a uma problemática racial que se debruçou sobre fenômeno do racismo e racialização presa ao referente do “negro-objeto”. Em certa ocasião Bonilla-Silva apontou para a forma como certa supremacia branca influenciou na “lógica” e “métodos” das ciências sociais das primeiras décadas dos anos 2000 (Bonilla-Silva 2008a). Está mesma lógica e epistemologia “branca” e eurocêntrica certamente influenciou por anos para que o racismo no Brasil seja uma categorial residual, fenômeno secundário em relação a outros fatores da análise do “social”. O que certamente não foi hegemônico sem a resistência, no geral de fora das instituições hegemônicas, dos intelectuais do movimento negro e antirracistas como um todo (Clóvis Moura, Lélia Gonzalez, Abdias do Nascimento, Eduardo Oliveira e Oliveira, Beatriz do Nascimento, Carlos Halsenbalg, etc.).

¹ Este texto contou com a tradução de Fernanda Oliveira e Melina Perussatto e com a revisão de Fernando Baldraia, Allan Kardec Pereira e Marcello Assunção.

A razão fundamental para a divulgação mais recente da obra de Bonilla-Silva deve-se, novamente, a ação do movimento de intelectuais negros contemporâneos que buscam racializar o debate por meio de diversas referências. O debate sobre o cariz estrutural do racismo em Bonilla-Silva chega em boa hora e concomitante a outros debates fundamentais como o da interseccionalidade, branquitude, colorismo, encarceramento em massa, etc. Mas não se enganem, Bonilla-Silva não é o primeiro a trazer a discussão à tona, pois, este faz parte de uma longa genealogia de autores que formularam uma teoria crítica da raça desde pelo menos Frantz Fanon, Albert Memmi, Guerreiro Ramos, Charles V. Hamilton, Stokely Carmichael, etc.².

No Brasil o conceito de racismo estrutural ganha força no contexto de divulgação da editora Letramento (com organização de Djamila Ribeiro), com diversos livros em formato pocket sobre o “racial”, através da obra *Racismo Estrutural* (2018) do nosso atual ministro dos direitos humanos Silvio Almeida. Nesta obra, há uma forte presença da leitura de Bonilla-Silva através das críticas de Silvio Almeida aos constructos idealistas do racismo individual/institucional em contraponto à dimensão “estrutural” em chave “materialista”, o que é em larga medida um diálogo direto com as reflexões de Bonilla-Silva (entre outras referências) como o próprio Silvio admite no prefácio do livro *Racismo sem racistas* (2020) – único livro/texto de Bonilla-Silva traduzido para o português até a tradução deste artigo.

Esse texto ressoa fortemente no presente em grande medida em razão da recepção tardia da discussão do conceito de racismo estrutural, havendo hoje inclusive adeptos e aqueles que rejeitam o conceito no interior do próprio movimento negro³. O que importa dessa discussão sobre a “estrutura” do racismo estrutural é que está complexifica em larga medida um debate que na grande maioria das vezes se reduziu no Brasil à dimensão meramente individual (de verniz liberal) ou mesmo na chave institucional, dando pistas para a construção de análises dos “sistemas sociais racializados”.

As reflexões deste afroportorriquenho professor na Duke University⁴, nascem no contexto dos Estados Unidos dos anos 1990 por meio da contestação do debate do suposto “pós-racial”, ou seja, a ideia ao qual os EUA pós direitos civis e extinção das leis da Jim Crow já não poderia ser considerado um país racista. Em contraponto à esta leitura o autor argumenta ao longo de diversos textos de

² Fiz uma análise dessa trajetória na primeira parte do curso “A estrutura do racismo à brasileira” que está no Youtube da rede de Historiadorxs Negrxs, ver: Assunção 2022.

³ Como é o caso do debate recente entre as posições contrárias ao conceito em Muniz Sodré e as a favor em autores como Silvio Almeida, Denis Oliveira e Petrônio Domingues.

⁴ Bonilla-Silva é porto-riquenho, fez bacharelado pela University of Puerto Rico (1984), mestrado e doutorado na University of Wisconsin (1987; 1993). Professor na University of Michigan (1993-1998), University of Texas (1998-2005) e no Trinity College of Arts & Sciences da Duke University (2005). Inicia sua carreira mais ligado ao marxismo (Nicos Poulantzas, Louis Althusser, Karl Marx, Ralph Miliband, etc.) e aos poucos vai se deslocando para problemáticas raciais.

meados dos anos 1990 e 2000⁵ que o problema reside em uma leitura idealista do racismo fundada na ideia do mesmo como mero fenômeno ideológico, portanto, vinculado a certas “doutrinas”, “ideologias” ou “sujeitos patológicos”. Ou seja, o racismo seria resultado de algumas “maças podres” ou “indivíduos anormais”, mas não parte estrutural do sistema por não ter mais leis e doutrinas oficiais de estado que o reiterem. Como resultado isto irá consubstanciar uma “cegueira de cor” (*colorblindness*) que será fundamental para a reiteração do que Bonilla-Silva chamará dos “sistemas sociais racializados” e da fundação do que ele chama do “novo racismo”.

Estas definições foram substantivamente desenvolvidas por Bonilla-Silva ao longo dos últimos vinte e cinco anos, em diversos livros e artigos⁶. Em um texto recente intitulado *What makes systemic racism systemic* (2021) ele retoma as problemáticas do artigo original buscando desenvolver melhor a categoria dos chamados “sistemas sociais racializados”. Nesta leitura, a categoria de “racista” deve ser deixada de lado para ser substituída pela noção estrutural ou sistêmica de racismo, mas sem é claro abandonar a agência dos indivíduos (Bonilla-Silva 2021, 2). Portanto, o autor tem desenvolvido nos últimos anos como esses sistemas sociais racializados são materializados (escolas, segregação, discriminação, empregos, encarceramento, policiamento, moradia, etc.) é como através dessa perspectiva criar diagnósticos para a superação na raiz dos problemas. Não é arbitrário, que o mesmo nesse referido texto recente apontou a importância de movimentos como o Black Lives Matter para o enquadramento de uma noção de racismo que seja sistêmica, mas também alicerçada nas diversas intersecções de gênero, classe e orientação sexual (Bonilla-Silva 2021, 6.).

Esta interpretação do racismo de Bonilla-Silva certamente detém um forte diálogo com a chave de leitura do pós-abolição brasileiro que desde pelo menos o pós-guerra tem no debate da democracia racial o nosso “pós-racial” por excelência. Aliás, ele mesmo cita neste próprio texto em alguns momentos como o chamado “novo racismo” encontra similaridades com os sistemas sociais

⁵ Antes do texto traduzido aqui e publicado em 1997, este tinha apresentado e publicado pela Working Paper um texto com o mesmo título em 1994. Está problemática também tinha sido desenvolvida ao longo do doutorado e publicada com Lewis Amanda em 1997 no texto *The 'New Racism': Toward an Analysis of the U.S. Racial Structure, 1960s-1990s* (1997). Em todos os estes textos, há um esforço por reconfigurar o padrão analítico do racial, desnudando a nova estrutura do racismo que emerge após o movimento dos direitos civis e a extinção das leis de Jim Crow.

⁶ Logo após a publicação deste artigo na *American Sociological Review* este publica uma resposta às críticas ao seu artigo *The Essential Social Fact of Race: A Reply to ML* (1999), onde ele reforça o conceito de sistemas sociais racializados e a importância do mesmo para a análise de sociedades estruturadas em diversas instâncias (econômico, político, social, ideológico, etc.) pelo “racial”.

racializados na América Latina⁷. Em texto recente, intitulado *¿Aquí no hay racismo? Apuntes preliminares sobre lo racial en las Américas* (2020) este desenvolve melhor as particularidades do racismo nas Américas e Caribe, esboçando a complexidade do fenômeno da mestiçagem, mas pensando estes fenômenos dentro do escopo da construção de uma supremacia branca.

Em suma, a obra de Eduardo Bonilla-Silva ainda há de ser lida em sua imensa complexidade, sendo um farol bastante fundamental para a compreensão da estrutura do racismo estrutural. Sua perspectiva materialista do racismo oferece um repertório crítico na noção dos “sistemas sociais racializados” fundamental para a superação da chave idealista que ainda o mesmo é operado nas ciências sociais e humanas. Além disso, Bonilla-Silva fornece uma leitura fundamental para a crítica de uma certa chave “liberal” da leitura do racial, fornecendo uma chave estrutural/materialista para análise do fenômeno e compreendendo inclusive em algumas obras o liberalismo como um dos centros da rearticulação do discurso racista na contemporaneidade por meio de uma apropriação de elementos do liberalismo tradicionais (ética do trabalho, recompensa por mérito, igualdade de oportunidades, individualismo, etc.) para reiterar a formação de um novo sistema social racializado sobre vestes do “liberalismo abstrato” (Bonilla-Silva 2020, 32).

O que certamente é um tema central diante dos ataques da direita internacional que cada vez mais usa as vestes do liberalismo abstrato para confrontar qualquer forma de política reparatória, sendo um diagnóstico fundamental para todos nós preocupados com a luta antirracista no Brasil e no mundo. Esperamos que essa tradução fomente o debate tão necessário sobre a estrutura/sistema do racismo do nosso mundo contemporâneo projetando inclusive análises comparativas dos chamados “sistemas sociais racializados”. Este projeto certamente contribuirá para que nas Américas possamos superar o universo racialmente cego das teorias e projetos acadêmicos/intelectuais hegemônicos que legitimam do norte ao sul a supremacia branca que da base as desigualdades (epistêmicas, políticas, econômicas etc.) nas nossas respectivas formações sociais.

REFERÊNCIAS

ASSUNÇÃO, Marcello Felisberto Morais. *A estrutura do racismo à brasileira: De Frantz Fanon à Eduardo Bonilla-Silva*. Youtube/Historiadorxs Negrxs, 09/11/2022. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=eolag_luuOg>.

⁷ Em outros textos este irá dizer que há um processo de “latino-americanização da estrutura racial dos Estados Unidos”, ver: BONILLA-SILVA; GLOVER, 2004; BONILLA-SILVA; DIETRICH, David R., 2008.

- BONILLA-SILVA, Eduardo. 'Rethinking Racism: Towards a Structural Interpretation.' Center for Research on Social Organization Working Paper #526. Ann Arbor, Mi.: University of Michigan, 1994.
- BONILLA-SILVA, Eduardo; LEWIS, Amanda. *The 'New Racism': Toward an Analysis of the U.S. Racial Structure, 1960s-1990s*. Department of Sociology, University of Michigan, Ann Arbor, MI. Unpublished manuscript, 1997.
- BONILLA-SILVA, Eduardo. The Essential Social Fact of Race: A Reply to ML. *American Sociological Review*, Vol. 64, No. 6 (Dec., 1999), pp. 899-906
- BONILLA-SILVA, Eduardo. *White supremacy & Racism in the Post-Civil rights era*. Boulder: Lynne Rienner Publishers, 2001.
- BONILLA-SILVA, Eduardo. *Racism Without Racists: Color-Blind Racism and the Persistence of Racial Inequality in the United States*. Lanham, MD: Rowman & Littlefield, 2003.
- BONILLA-SILVA, Eduardo; GLOVER, Karen S.. "We are all americans": The latin americanization of race relations in the United States. In: KRYSAN, Maria; LEWIS, Amanda. *The changing terrain of race and ethnicity*. New York: Russel Sage Foundation, 2004, p. 149-186.
- BONILLA-SILVA, Eduardo; ZUBERI, Tukufu. *White Logic. White Methods: Racism and Methodology*. Lanham: Plymouth, Rowman & Littlefield Publishers, 2008a.
- BONILLA-SILVA, E.; DIETRICH, D.R.. The Latin Americanization of Racial Stratification in the U.S.. In: Hall, R.E. *Racism in the 21st Century*. Springer, New York, NY, 2008b.
- BONILLA-SILVA, Eduardo. ¿Aquí no hay racismo?: apuntes preliminares sobre lo racial en las Américas. *Revista de Humanidades*, n. 42, pp. 425-443, 2020.
- BONILLA-SILVA, Eduardo. What makes systemic racism systemic? *Sociological Inquiry*, v. xx, n. x, 2021, p. 1-21.
- BONILLA-SILVA, Eduardo. *Racism without racists: color-blind racism and the persistence of racial inequality in America*. New York: Rowman & Littlefield Publishers, fifth edition, 2017.
- ALMEIDA, Silvio. *O que é racismo estrutural*. Rio de Janeiro; Ed. Letramento, 2017.
- ALMEIDA, Silvio. Prefácio a edição brasileira. In: BONILLA-SILVA, Eduardo. *Racismo sem racistas: O Racismo da Cegueira de Cor e a Persistência da Desigualdade na América*. São Paulo: Editora Perspectiva, 2020.

MARCELLO FELISBERTO MORAIS DE ASSUNÇÃO

REPENSAR O RACISMO: RUMO A UMA INTERPRETAÇÃO ESTRUTURAL [1997]⁸

O estudo da raça e dos conflitos étnicos tem sido historicamente dificultado por teorias inadequadas e simplistas. Afirmando que o problema central das várias abordagens para o estudo de fenômenos raciais é a falta de uma teoria estrutural do racismo. Pretendo rever as abordagens tradicionais e as abordagens alternativas para o estudo do racismo, e discutir suas limitações. Seguindo as pistas sugeridas por alguns dos arcabouços teóricos alternativos, elaboro uma teoria estrutural do racismo baseada na noção de sistemas sociais racializados.

“O hábito de considerar o racismo como um capricho mental, como uma falha psicológica, deve ser abandonado”
Frantz Fanon (1967: 77)

A área de estudos raciais e étnicos carece de um aparato teórico. Para complicar as coisas, muitos analistas de assuntos raciais abandonaram a teorização séria e a reconceitualização do seu tema central: o racismo. Também, muitos analistas sociais que pesquisam o racismo, assumem que o fenômeno é autoevidente e, portanto, não fornecem uma definição ou fornecem uma definição elementar (Schuman, Steeh, e Bobo 1985; Sniderman e Piazza 1993). No entanto, implícita ou explicitamente, a maioria dos analistas considera o racismo como um fenômeno puramente ideológico⁹.

Embora o conceito de racismo tenha se tornado a categoria analítica central na maior parte do discurso científico-social contemporâneo sobre fenômenos raciais, o conceito é de origem recente (Banton 1970; Miles 1989, 1993). Contudo, não foi empregado nas obras clássicas de Thomas e Znaniecki (1918), Edward Reuter (1934), Gunnar Myrdal (1944) e Robert Park (1950)¹⁰.

⁸ Esta pesquisa foi apoiada em parte pela Fundação Rockefeller (bolsa de pós-doutorado de 1995-1996 na Washington State University) e pelo Centro de Estudos Africanos e Afro-americanos da University of Michigan. Agradeço aos professores Erik O. Wright e Pamela Oliver, da Universidade de Wisconsin, por seus valiosos comentários sobre um rascunho anterior deste artigo, aos membros do Seminário do Corpo Docente sobre Raça e Etnicidade da University of Michigan, por seu apoio intelectual e Pat Preston em Michigan e Jane Fredrickson na Washington State University, que forneceram conselhos editoriais valiosos. Também agradeço a Charles Tilly e aos três revisores anônimos da ASR por seus comentários meticulosos e úteis.

⁹ NT: Desde a publicação original desse texto o campo de estudos raciais e étnicos desenvolveu-se enormemente, especialmente no Brasil. No entanto, como pretende-se demonstrar com essa tradução, o texto em questão é basilar para uma análise do racismo. A título de exemplo destacamos obras recentes publicadas em português que trazem em seus resultados muito dos apontamentos aqui presentes: ALMEIDA, Silvío. Racismo estrutural. Pólen Produção Editorial LTDA, 2019; DE OLIVEIRA, Dennis. Racismo estrutural: uma perspectiva histórico-crítica. Dandara Editora, 2021; SODRÉ, Muniz. O fascismo da cor: Uma radiografia do racismo nacional. Editora Vozes, 2023. SILVA, Denise Ferreira da. Homo Modernus: Para Uma Ideia Global de Raça. Editora Cobogó, 2022. Informamos ainda que as ideias aqui apresentadas foram sistematicamente investigadas por Eduardo Bonilla-Silva e publicadas sob o título original *Racism without Racists*, em 2003, e traduzido para o português sob o título *Racismo sem Racistas*, em 2020. Ver mais em: BONILLA-SILVA, Eduardo. Racism without Racists: Color-Blind Racism and the Persistence of Racial Inequality in the United States. Rowman & Littlefield, 2003; BONILLA-SILVA, Eduardo. BONILLA-SILVA, Eduardo. Racismo sem racistas: O racismo da cegueira de cor e a persistência da desigualdade na América. Editora Perspectiva SA, 2020.

¹⁰ No entanto, eles empregaram uma noção muito semelhante de etnocentrismo desenvolvida por William Graham Sumner (1906). De acordo com Sumner (1906), o

Benedict (1945) foi um dos primeiros estudiosos a usar a noção de racismo em seu livro, *Raça e Racismo*. Ela definiu o racismo como “o dogma em que um grupo étnico é condenado pela natureza à inferioridade congênita e o outro destinado à superioridade congênita” (p. 87). Apesar de algumas melhorias, o uso atual do conceito de racismo nas ciências sociais é semelhante à de Benedict. Assim, Van den Berghe (1967) afirma que o racismo é “qualquer conjunto de crenças de que diferenças orgânicas, geneticamente transmissíveis (real ou imaginada) entre os grupos humanos estão intrinsecamente associadas à presença ou ausência de certas habilidades ou características socialmente relevantes, daí que essas diferenças são uma base legítima de distinções odiosas entre grupos não oficialmente definidos como raças” (p. 11, grifo do autor). Schaefer (1990) fornece uma definição mais concisa do racismo: (p. 16) “[...] uma doutrina de supremacia racial, na qual uma raça é superior”.

Esta visão idealista ainda é mantida amplamente entre os cientistas sociais. Seu foco estreito sobre tais ideias reduziu o estudo do racismo principalmente à psicologia social, e essa perspectiva produziu uma visão esquemática da forma como o racismo opera na sociedade. Em primeiro lugar, o racismo é definido como um conjunto de ideias ou crenças. Em segundo lugar, considera-se que essas crenças têm o potencial para levar os indivíduos a desenvolver preconceito, definido como “atitudes negativas para com todo um grupo de pessoas” (Schaefer, 1990: 53). Finalmente, essas atitudes preconceituosas podem induzir indivíduos a ações reais ou discriminação contra as minorias raciais. Este arcabouço conceitual, com pequenas modificações, prevalece nas ciências sociais.

Algumas perspectivas alternativas sobre o racismo têm acompanhado de perto a conceituação ideológica existente nas ciências sociais. Por exemplo, marxistas ortodoxos (Cox 1948; Perlo 1975; Szymanski 1981, 1983), que consideram a classe e a luta de classes como as variáveis explicativas centrais da vida social, reduzem o racismo a uma ideologia legitimadora usada pela burguesia para dividir a classe trabalhadora. Mesmo neo-marxistas (1980a Bonacich, 1980b; Carchedi 1987; Cohen 1989; Salão de 1980; Miles 1989, 1993; Miles e Phizacklea 1984; Solomos 1986, 1989; Wolpe 1986, 1988) compartilham, em graus diversos, as limitações da visão marxista ortodoxa: o primado da classe, o racismo visto como uma ideologia e a dinâmica de classe como os verdadeiros motores da dinâmica racial. Por exemplo, embora o trabalho de Bonacich forneça uma reviravolta interessante ao considerar as relações raciais e o racismo como produtos de um mercado de trabalho dividido, dando primazia teórica para divisões dentro da classe trabalhadora, os antagonismos raciais são ainda considerados subprodutos da dinâmica de classe.

Outros estudiosos avançaram em interpretações não-ideológicas do racismo, mas não chegaram a desenvolver uma conceituação estrutural das questões raciais. A partir da perspectiva institucionalista (Alvarez et al 1979; Carmichael 1971; Carmichael e Hamilton de 1967; Chesler 1976; Knowles e Prewitt 1969; Wellman 1977), o racismo é definido como uma combinação de preconceito e poder que permite à raça dominante institucionalizar a sua posição dominante em todos os níveis da sociedade. Da mesma forma, a partir da perspectiva colonialista interna (Barrera 1979; Blauner 1972; Moore 1970), o racismo é visto como uma questão institucional baseada em um sistema no

etnocentrismo era a crença de que "o próprio grupo está no centro de tudo, e todos os outros são dimensionados e classificados com referência a ele" (p. 13).

qual a maioria branca “aumenta sua posição social, explorando, controlando e reprimindo outros que são categorizados em termos raciais ou étnicos” (Blauner 1972: 22).

A principal diferença entre estas duas perspectivas é que esta última considera as minorias raciais como súditos coloniais nos Estados Unidos; este ponto de vista conduz inequivocamente a soluções nacionalistas.¹¹ Ambas as perspectivas contribuem enormemente para a nossa compreensão do fenômeno racial, enfatizando a natureza social e sistêmica do racismo e a natureza estruturada de vantagens dos brancos. Além disso, o esforço da perspectiva institucionalista para descobrir mecanismos e práticas que reproduzem vantagens dos brancos contemporâneos ainda é empiricamente útil (por exemplo, Knowles e Prewitt 1969). No entanto, nenhuma destas perspectivas fornece um arcabouço conceitual rigoroso que permita aos analistas estudarem o funcionamento das sociedades racialmente estratificadas. A perspectiva de formação racial (Omi e Winant 1986, 1994; Winant, 1994) é a alternativa teórica mais recente de abordagens idealistas tradicionais. Omi e Winant (1994) definem a formação racial como “o processo sócio-histórico pelo qual categorias raciais são criadas, habitadas, transformadas e destruídas” (p. 55). Na opinião deles, a raça deve ser considerada como um princípio organizador das relações sociais que molda a identidade dos atores individuais no nível micro e modela todas as esferas da vida social no nível macro.

Embora essa perspectiva represente um avanço, ela ainda confere atenção indevida a processos ideológicos/culturais, não considera as raças como verdadeiras coletividades sociais¹² e superestima os projetos raciais (Omi e Winant 1994; Winant 1994) de certos atores (neoconservadores, membros da extrema-direita, liberais), obscurecendo assim o caráter social e geral das sociedades racializadas.

Neste artigo, aponto as limitações da maioria dos arcabouços teóricos contemporâneos usados para analisar as questões raciais e sugiro uma teoria estrutural alternativa construída sobre algumas das ideias e conceitos elaborados pelas perspectivas institucionalista, colonialista interno e de formação racial. Embora o “racismo” tenha um componente ideológico definido, reduzir fenômenos raciais a ideias limita a possibilidade de entender como ele molda as oportunidades de vida de uma raça. Em vez de ver o racismo como ideologia toda-poderosa, que explica todos os fenômenos raciais numa sociedade, uso o termo racismo apenas para descrever a ideologia racial de um sistema social racializado. Ou seja, o racismo é apenas uma parte de um sistema racial mais amplo.

¹¹ Carmichael e Hamilton (1967) também defendem estratégias nacionalistas. Ao contrário de outros institucionalistas, entretanto, eles insistem na relação colonial das minorias com a maioria nos Estados Unidos.

¹² Na edição mais recente de *Racial Formation in the United States*, Omi e Winant (1994) aproximam-se de uma visão estrutural, mas ainda mantêm o enfoque ideológico e jurídico-político que caracteriza a edição original.

LIMITAÇÕES DOS PRINCIPAIS PONTOS DE VISTA IDEALISTAS E DE ALGUNS ARCABOUÇOS TEÓRICOS ALTERNATIVOS

Descrevo abaixo algumas das principais limitações da concepção idealista de racismo. Como nem todas as limitações se aplicam às perspectivas institucionalista, colonialista interna e de formação racial, aponto aquelas que se aplicam e em que medida.

Racismo é excluído da fundação ou da estrutura do sistema social. Quando o racismo é considerado como uma ideologia sem fundamento, em última análise, depende de outras forças “reais” na sociedade, a estrutura da própria sociedade não é classificada como racista. A perspectiva marxista é particularmente culpada desta lacuna. Embora os marxistas tenham abordado a questão da origem histórica do racismo, eles explicam a sua reprodução de um modo idealista. Racismo, em seus escritos, é uma ideologia que surgiu com a escravidão e com outras formas de opressão de classe para justificar a exploração de pessoas de cor e sobrevive como um resíduo do passado. Embora alguns marxistas tenham tentado distanciar sua análise a partir dessa visão puramente ideológica (Solomos 1986; Wolpe 1988) e fundamentar os fenômenos raciais nas relações sociais, eles o fazem, em última análise, subordinando as questões raciais às questões de classe.

Mesmo que o institucionalismo, o colonialismo interno e as perspectivas de formação racial considerem o racismo como um fenômeno estrutural e forneçam algumas ideias e conceitos úteis, eles não desenvolvem o aparato teórico necessário para descrever como essa estrutura opera.

Racismo é, em última análise, visto como um fenômeno psicológico a ser examinado ao nível individual. A agenda de pesquisa que segue dessa conceituação é o exame das atitudes dos indivíduos para determinar os níveis de racismo na sociedade (Schuman et al 1985; Sears 1988; Sniderman e Piazza 1993). Dado que os constructos usados para medir o racismo são estáticos, ou seja, que há uma série de perguntas-padrão que não mudam significativamente com o tempo, estas pesquisas geralmente apontam que o racismo está em declínio na sociedade. Os analistas que descobrem que as atitudes racistas ainda estão entre nós geralmente não explicam por que isso acontece. (Sniderman e Piazza 1993).

Essa compreensão psicológica do racismo está relacionada à limitação que citei acima. Se o racismo não faz parte de uma sociedade, mas é uma característica dos indivíduos que são “racistas” ou “preconceituosos” - isto é, o racismo é um fenômeno operando no nível individual, então (1) as instituições sociais não podem ser racistas e (2) estudar o racismo é simplesmente uma questão de examinar a proporção de pessoas que mantêm crenças “racistas” em uma sociedade.

Marxistas ortodoxos (Cox 1948; 1975; Perlo Szymanski, 1983) e muitos neo-marxistas (Milhas de 1993; Miles e Phizaclea 1984; Solomos 1986), concebem o racismo como uma ideologia que pode afetar os membros da classe trabalhadora. Embora os autores associados às perspectivas institucionalista, colonialista interna e de formação racial enfoquem o caráter ideológico do racismo, todas elas enfatizam como essa ideologia torna-se emaranhada ou institucionalizada nas organizações e práticas sociais.

O racismo é tratado como um fenômeno estático. O fenômeno é visto como imutável; ou seja, o racismo de ontem é como o racismo de hoje. Assim, quando a estrutura racial de uma sociedade e suas práticas raciais costumeiras são rearticuladas, essa rearticulação é caracterizada como um declínio no racismo (Wilson, 1978), um processo natural em um ciclo (Park 1950), um exemplo de aumento da assimilação (Rex 1973, 1986), ou eficazes “mudanças de norma” (Schuman et al., 1985). Esta limitação, que se aplica particularmente para os psicólogos sociais e acadêmicos marxistas, deriva da não compreensão da existência de uma base estrutural independente no racismo. Se o racismo é apenas uma questão de ideias que não tem nenhuma base material na sociedade contemporânea, então essas ideias devem ser similares à sua configuração original, seja qual fosse. As ideias podem ser articuladas em um contexto diferente, mas a maioria dos analistas essencialmente acredita que as ideias racistas permanecem as mesmas. Por esta razão, com notáveis exceções (Kinder e Sears 1981; Sears 1988), a pesquisa de atitude ainda é baseada em respostas a perguntas desenvolvidas nos anos 1940, 1950, e 1960.

Os analistas que definem o racismo de maneira idealista veem o racismo como “pensamento incorreto” ou “irracional”; assim, eles rotulam “racistas” como irracionais e rígidos. Como o racismo é concebido como uma crença sem base social real, segue-se que aqueles que têm visões racistas devem ser irracionais ou estúpidos (Adorno 1950; Allport 1958, Santa Cruz, 1977; Sniderman e Piazza 1993; para uma crítica ver Blauner 1972 e Wellman 1977). Esta visão permite uma distinção tática entre indivíduos com a “patologia” e atores sociais que são “racionalistas” e livres do racismo. O problema dessa visão racionalista é duplo. Primeiro, ele perde os elementos racionais em que os sistemas raciais foram originalmente construídos. Segundo, e mais importante, ele negligencia a possibilidade de o racismo contemporâneo ainda ter uma base racional. Nesta conta, racistas contemporâneos são percebidos como indivíduos do tipo *Archie Bunker*¹³ (Wellman, 1977).

Dentre os arcabouços teóricos revistos aqui, apenas o marxismo ortodoxo insiste no caráter irracional e imposto de racismo. Os neo-marxistas e autores associados às perspectivas institucionalista, colonialista interno e de formação racial insistem, em diferentes graus, na racionalidade do racismo. Neo-marxistas (por exemplo, Bonacich, Wolpe, Hall) e autores da tradição de formação racial (por exemplo, Omi e Winant) reconhecem as vantagens de curto prazo que os trabalhadores obtêm com o racismo; os paradigmas institucionalista e colonialista interno realçam o caráter sistemático e de longo prazo dessas vantagens.

Racismo é entendido como comportamento manifesto. Como a abordagem idealista considera o racismo como “irracional” e “rígido”, suas manifestações devem ser bastante evidentes, geralmente envolvendo algum grau de hostilidade. Isso não apresenta problemas analíticos sérios para o estudo de certos períodos em sociedades racializadas, quando as práticas raciais eram evidentes (por exemplo, a escravidão e o apartheid), mas surgem problemas na análise do racismo em situações em que as práticas raciais são

¹³ NT: Referência a um personagem fictício do seriado de comédia norte-americano *All in the Family*, transmitido nos anos 1970 e caracterizado como racista. A referência permite aproximar com o que vem sendo discutido no Brasil como racismo recreativo. Para saber mais ver: *All in the Family*, na Wikipedia e MOREIRA, Adilson. Racismo recreativo. Pólen Produção Editorial LTDA, 2019.

sutis, indiretas ou fluídas. Por exemplo, muitos analistas sugeriram que na América contemporânea as práticas raciais se manifestam de forma encoberta (Bonilla-Silva e Lewis 1997; Wellman 1977) e as atitudes raciais veladas tendem a ser simbólicas (Pettigrew 1994; Sears 1988). Por isso, é um desperdício de tempo tentar detectar “racismo” fazendo perguntas tais como: “Com que intensidade você se oporia se um membro de sua família desejasse trazer um amigo negro¹⁴ para jantar em casa?”.¹⁵ Além disso, muitas dessas questões foram desenvolvidas para medir a extensão de atitudes racistas na população durante a era Jim Crow das relações raciais; eles não são adequados para o período pós-1960.

Além disso, essa ênfase no comportamento manifesto limita a possibilidade de análise dos fenômenos raciais em outras partes do mundo, como no Brasil, Cuba e Porto Rico, onde as relações raciais não têm um caráter evidente. A forma das relações raciais - ostensivas ou encobertas - dependem do padrão de racialização das estruturas de uma sociedade em particular (Cox 1948, Harris 1964; Rex 1983; van den Berghe 1967) e de como o processo de contestação racial e de outras dinâmicas sociais afetam esse padrão (veja a seção seguinte).

O racismo contemporâneo é visto como uma expressão do “pecado original” - como um resquício de situações raciais históricas passadas. No caso dos Estados Unidos, alguns analistas argumentam que o racismo precedeu a escravidão e/ou o capitalismo (Jordan 1968; Marable 1983; Robinson 1983). Outros consideram o racismo nos Estados Unidos como resultado da escravidão (Glazer e Moynihan 1970). Mesmo se prometendo novos caminhos de pesquisa, como apresentado por Roediger (1991) em *The Wages of Whiteness* [O Salário da Branquitude, sem tradução], o racismo contemporâneo é visto como um dos “legados de operariado branco” (p. 176). Ao considerar o racismo como um legado, todos esses analistas minimizam a importância de sua materialidade ou sua estrutura contemporânea.

Mais uma vez a perspectiva marxista compartilha esta limitação. Os marxistas acreditam que o racismo foi desenvolvido no século XVI e tem sido usado desde então pelos capitalistas ou pelos trabalhadores para promover seus próprios interesses de classe. Todos os outros modelos reconhecem o significado histórico desta “descoberta”, mas associam a ideologia racial contemporânea às desigualdades raciais contemporâneas.

¹⁴ NT: *Black* na versão original, aqui optamos por traduzir por negro.

¹⁵ Esta pergunta é usada pelo NORC e foi empregada por Schuman et al. (1985).

O racismo é analisado de uma maneira circular. “Se o racismo é definido como o comportamento que resulta da crença, sua descoberta fica emaranhada em uma circularidade - o racismo é uma crença que produz comportamento, que é em si o racismo” (Webster 1992: 84). O racismo é estabelecido pelo comportamento racista, que por sua vez é comprovado pela existência do racismo. Essa circularidade resulta da não fundamentação do racismo nas relações sociais entre as raças. Se o racismo, visto como uma ideologia, fosse visto como possuindo um fundamento estrutural,¹⁶ a sua análise poderia ser associada a práticas raciais e não a meras ideias. Assim, o problema da circularidade seria evitado.

SISTEMAS SOCIAIS RACIALIZADOS: UM ARCABOUÇO ALTERNATIVO PARA ENTENDER OS FENÔMENOS RACIAIS

Como todos os tipos de questões raciais foram explicados como um produto do racismo, proponho o conceito mais geral dos sistemas sociais racializados como o ponto de partida para um arcabouço teórico alternativo. Esse termo refere-se a sociedades nas quais os níveis econômicos, políticos, sociais e ideológicos são parcialmente estruturados pela colocação dos atores em categorias raciais ou raças. As raças são tipicamente identificadas pelo seu fenótipo, mas (como veremos adiante) a seleção de certos traços humanos para designar um grupo racial é sempre baseada socialmente, e não biologicamente.

Estes sistemas são estruturados parcialmente por raça porque os sistemas sociais modernos articulam duas ou mais formas de padrões hierárquicos (Hall, 1980; Williams 1990; Winant, 1994).¹⁷ Embora os processos de racialização sejam sempre incorporados em outras estruturas (Balibar e Wallerstein 1991), adquirem autonomia e têm “efeitos pertinentes” (Poulantzas, 1982) no sistema social. Isto implica que o fenômeno que é codificado como racismo e é considerado como uma ideologia flutuante tem, de fato, uma base estrutural.

¹⁶ Por *estrutura*, quero dizer, seguindo Whitmeyer (1994), “as redes de relacionamentos (interacionais) entre atores, bem como as distribuições de características socialmente significativas de atores e agregados de atores” (p. 154). Para concepções semelhantes, porém mais complexas, do termo, que são relacionais e incorporam a agência dos atores, ver Bourdieu (1984) e Sewell (1992). Reservo o termo *material* para me referir às recompensas ou penalidades econômicas, sociais, políticas ou ideológicas recebidas pelos atores sociais por sua participação (seja voluntária, não voluntária ou indiferente) em arranjos sociais estruturais.

¹⁷ Algumas concepções potencialmente úteis sobre a interação de raça, classe e gênero (os eixos primários da hierarquia social nas sociedades modernas) são a “tripla opressão” de Segura (1990) e a análise de Essed (1991) do “racismo de gênero”. Ver também Andersen e Hill Collins (1995) e Fraser (1989).

Em todos os sistemas sociais racializados, o lugar de pessoas em categorias raciais envolve alguma forma de hierarquia¹⁸ que produz relações definidas socialmente entre as raças. A raça colocada na posição superior tende a receber maior remuneração econômica e acesso a melhores ocupações e/ou perspectivas no mercado de trabalho, ocupa uma posição primária no sistema político, recebe maior estima social (por exemplo, é vista como “mais inteligente” ou “de melhor aparência”), muitas vezes tem a licença para traçar limites físicos (segregação), bem como sociais (etiqueta racial) entre si e outras raças, e recebe o que DuBois (1939) chama de “salário psicológico” (Marable 1983; Roediger 1991).¹⁹ A totalidade destas relações e práticas sociais racializadas constitui a estrutura racial de uma sociedade.

Embora todos os sistemas sociais raciais sejam hierárquicos, o caráter particular da hierarquia, e, portanto, da estrutura racial, é variável. Por exemplo, a dominação dos negros nos Estados Unidos foi realizada por meios ditatoriais durante a escravidão, mas no período pós-direitos civis essa dominação foi hegemônica (Omi e Winant 1994; Winant 1994). [9]²⁰ Da mesma forma, as práticas e mecanismos raciais que mantêm os negros subordinados mudaram de ostensiva e eminentemente racista para converterem-se em indiretamente racista (Bonilla-Silva e Lewis 1997). O elemento imutável ao longo destes estágios é que as oportunidades de vida dos negros são significativamente menores do que as dos brancos e, em última análise, uma ordem social racializada se distingue por essa diferença de oportunidades de vida. Geralmente, quanto mais desiguais são oportunidades de vida entre as raças, mais racializado é o sistema social, e vice-versa.

Na medida em que as raças recebem diferentes recompensas sociais em todos os níveis, elas desenvolvem interesses objetivos diferentes, que podem ser detectados em suas lutas para transformar ou manter uma determinada ordem racial. Esses interesses são coletivos e não individuais, baseiam-se nas relações entre as raças e não nas necessidades de um grupo específico, e não são estruturais, mas práticos; ou seja, eles estão relacionados a lutas concretas e não derivados da localização das raças na estrutura racial. Em outras palavras,

¹⁸ Esse argumento se aplica apenas a sistemas sociais racializados. Em contraste, as situações *étnicas* não precisam ser baseadas em relações entre superiores e subordinados, como é o caso entre os Fur e os Baggara no oeste do Sudão (Barth 1969), os vários grupos étnicos na Suíça (Hunt e Walker 1974), os Tungus e os cossacos na Sibéria (Berry 1965), o lago Zwai Laki e os Arsi na Etiópia (Knutson 1969), e certas tribos das montanhas e os tailandeses no Laos (Izikowitz 1969). Certamente, as situações étnicas podem ser conflituosas e hierárquicas, como ilustram os tutsis e os hutus em Ruanda ou o conflito entre sérvios, croatas e bósnios no que antes era a Iugoslávia. O ponto é que etnia e raça são bases diferentes para a associação de grupos. A etnicidade tem uma base basicamente sociocultural, e os grupos étnicos têm exibido uma tremenda maleabilidade em termos de quem pertence (Barth 1969; Leach [1954] 1964); as atribuições raciais (inicialmente) são impostas externamente para justificar a exploração coletiva de um povo e são mantidas para preservar as diferenças de status. Portanto, os estudiosos apontaram que, apesar das semelhanças entre raça e etnia, elas devem ser vistas como produtoras de diferentes tipos de estruturas (Balibar e Wallerstein 1991; Cox 1948; Rex 1973; van den Berghe 1967; Wilson 1973). Sobre esse ponto, ver Horowitz (1985), Schermerhorn (1970) e Shibutani e Kwan (1965).

¹⁹ Herbert Blumer foi um dos primeiros analistas a argumentar sobre recompensas sistemáticas recebidas pela raça atribuída à posição primária em uma ordem racial. Blumer (1955) resumiu esses pontos de vista em seu ensaio “Reflections on Theory of Race Relations”. Veja também as obras de Blalock (1967), Schermerhorn (1970), Shibutani e Kwan (1965) e van den Berghe (1967).

²⁰ *Hegemônico* significa que a dominação é alcançada mais por consentimento do que por coerção.

embora os interesses das raças possam ser detectados a partir das suas práticas, eles não são subjetivos e individuais, mas coletivos e moldados pelo campo de alternativas práticas reais, que está enraizado nas lutas de poder entre as raças.²¹ Embora os interesses gerais das raças possam, em última análise, residir na completa eliminação da estrutura racial de uma sociedade, seu leque de alternativas pode não incluir essa possibilidade. Por exemplo, a luta histórica contra a escravidão não levou ao desenvolvimento de sociedades livres de raça, mas o estabelecimento de sistemas sociais com diferentes tipos de racialização. Sociedades sem raças não estavam entre as alternativas disponíveis porque as populações não-escravas tinham a necessidade de preservar algum tipo de privilégio racial. As “exceções” históricas ocorreram em sociedades racializadas em que o poder dos não-escravos foi quase completamente suplantado pela população escrava.[11]²²

Uma simples crítica ao argumento apresentado até agora seria a de que ele ignora as divisões internas das raças ao longo de linhas de classe e de gênero. Essa crítica, entretanto, não trata diretamente do assunto em questão. O fato de nem todos os membros da raça *superior* receber o mesmo nível de recompensas e (pelo contrário) que nem todos os membros da raça subordinada ou das raças que estão na base da ordem social não nega o fato de que as raças, como grupos sociais, estão em uma posição superior ou subordinada em um sistema social. Historicamente, a racialização dos sistemas sociais não implica a exclusão de outras formas de opressão. Na verdade, a racialização ocorreu em formações sociais também estruturadas por classe e gênero. Assim, nessas sociedades, a estruturação racial dos sujeitos é fragmentada ao longo de linhas de classe e de gênero.²³ A questão importante - quais interesses levam os atores a lutar? - é historicamente contingente e não pode ser determinada a priori (Anthias e Yuval-Davis 1992; Wolpe 1988). Dependendo do caráter de racialização em uma ordem social, interesses de classe podem prevalecer sobre os interesses raciais, como ocorre no Brasil contemporâneo, Cuba e Porto Rico. Em outras situações, interesses raciais podem ter precedência sobre interesses de classe, como no caso dos negros ao longo da história dos Estados Unidos.

Em geral, a relevância sistêmica da classe em relação à raça aumenta quando a distância econômica, política e social entre raças diminui substancialmente. No entanto, este argumento amplo gera pelo menos um alerta: O estreitamento das diferenças dentro da classe entre atores raciais geralmente provoca mais, em vez de menos, conflito, em vez de menos racial, pelo menos no curto prazo, à medida que aumenta a competição por recursos (Blalock 1967; Olzak 1992). Mais significativamente, mesmo quando o conflito baseado em classe se torna mais proeminente em uma ordem social, o

²¹ O *poder* é definido aqui como a capacidade de um grupo racial de defender seus interesses raciais em relação a outras raças.

²² Refiro-me a casos como o do Haiti. No entanto, pesquisas recentes sugerem que, mesmo nesses lugares, a abolição da escravatura não acabou com o caráter racializado da formação social (Trouillot 1990).

²³ Alguns autores desenvolveram noções combinando posições raciais/étnicas com classe. Gordon (1964) desenvolveu o conceito de “ethclass”, mas assumiu que este era um fenômeno temporário. Geschwender (1977) transformou a noção no conceito de raça-classe, definida como “uma coletividade social composta por pessoas que são simultaneamente membros da mesma classe e da mesma raça” (p. 221; ver também Barrera 1979, p. 174-279). Geschwender, no entanto, vê os interesses raciais como um pouco menos “objetivos” e menos “fundamentais” do que os interesses de classe.

componente racial sobrevive até que as oportunidades de vida das raças sejam equalizadas e os mecanismos e práticas sociais que produzem essas diferenças são eliminados. Daí as sociedades em que a raça tem sua importância reduzida, como o Brasil, Cuba e México, ainda tem um problema racial na medida em que os grupos raciais têm diferentes oportunidades de vida.

Como os atores raciais também são classificados e generificados, analistas devem controlar por classe e por sexo para determinar as vantagens materiais desfrutadas por uma raça dominante. Em uma sociedade racializada como a nossa, os efeitos independentes de raça são avaliados por analistas que (1) comparam os dados entre brancos e não-brancos nas posições da mesma classe e gênero, (2) avaliam a proporção, bem como o caráter geral de participação das raças em algum domínio da vida, e (3) examinam os dados raciais em todos os níveis-sociais, políticos, econômicos e ideológicos para determinar a posição geral de grupos raciais em um sistema social.

O primeiro destes procedimentos tem se tornado prática comum na sociologia. Nenhum sociólogo sério iria apresentar estatísticas raciais sem controle de gênero e de classe (ou pelo menos a classe da família de origem das pessoas). Ao fazer isso, os analistas supõem que podem medir os efeitos inalterados da “discriminação” que se manifesta em “residuais” inexplicáveis (Farley, 1984, 1993; Farley e Allen 1987). Apesar de sua utilidade, no entanto, esta técnica fornece apenas uma explicação parcial do “efeito raça” porque (1) uma quantidade significativa de dados raciais não pode ser recuperada por questionários e (2) a técnica de “controlar” uma variável negligencia o óbvio - por que um grupo é super ou sub-representado em certas categorias das variáveis de controle, em primeiro lugar (Whatley e Wright 1994). Além disso, esses analistas presumem que é possível analisar a quantidade de discriminações em um domínio (por exemplo, renda, situação ocupacional) “sem analisar a medida em que a discriminação afeta também os fatores que se mantêm constantes” (Reich, 1978: 383). Portanto, para avaliar os “efeitos raciais” em qualquer domínio, os analistas devem tentar entender suas descobertas em relação à posição de uma raça em outros domínios.

Mas qual é a natureza das raças ou, mais propriamente, de grupos sociais raciais? Omi e Winant (1986; ver também Miles 1989) afirmam que as raças são o resultado do processo de racialização, definido como “a extensão do significado racial a uma relação, prática social ou grupo previamente não classificado racialmente” (p. 64). Historicamente, a classificação de um povo em termos raciais tem sido um ato eminentemente político associado a práticas como a conquista e colonização, escravidão, peonagem, servidão, e, mais recentemente, imigração laboral colonial e neocolonial. Categorias como “índios” e “negros” foram inventadas (Allen 1994; Berkhofer 1978; Jordan 1968), nos séculos XVI e XVII, para justificar a conquista e a exploração de vários povos. A invenção de tais categorias implica um processo dialético de construção; isto é, a criação de uma categoria de “outros” envolve a criação de uma categoria de “mesmo”. Se “índios” são descritos como “selvagens,” os europeus são caracterizados como “civilizados”; se os “negros” são definidos como os candidatos naturais para a escravidão, “brancos” são definidos como sujeitos livres (Gossett 1963; Roediger 1991, 1994; Todorov, 1984). No entanto, embora a racialização dos povos tenha sido inventada socialmente e não tenha substituído as formas anteriores de distinção social baseadas em classe ou gênero, ela não conduziu relações imaginárias, mas gerou novas formas de associação humana com diferenças de status definidas. Uma vez

instituído o processo de atribuição de sentido a um “povo”, a raça torna-se uma categoria real de associação e identidade grupal.²⁴

Como classificações raciais parcialmente organizam ou limitam as oportunidades de vida dos atores, surgem práticas raciais da oposição. Independentemente da forma de interação racial (ostensiva, encoberta ou inerte), as raças podem ser reconhecidas no âmbito das relações e posições raciais. Visto por este prisma, as raças são o efeito das práticas raciais da oposição (“nós” contra “eles”) com os níveis econômicos, políticos, sociais e ideológicos.²⁵

Raças, como a maioria dos cientistas sociais reconhecem, não são categorias de identidade e associação de grupo determinadas biologicamente, mas socialmente –.²⁶ Nesse sentido, elas são análogas a classe e gênero (Amott e Matthaei 1991). Atores em posições raciais não ocupam essas posições porque são da raça X ou Y, mas porque X ou Y foi socialmente definido como uma raça. Características fenotípicas dos atores (isto é, biologicamente herdadas), tais como o tom de pele e a cor e textura do cabelo, são geralmente, mas nem sempre (Barth 1969; Miles 1993), utilizadas para designar distinções raciais. Por exemplo, os judeus em muitos países europeus (Miles 1989, 1993) e os irlandeses na Inglaterra têm sido tratados como grupos raciais (Allen, 1994). Além disso, os indígenas nos Estados Unidos têm sido vistos como uma raça, apesar da tremenda variação fenotípica e cultural entre os povos. Como as raças são socialmente construídas, tanto o significado quanto a posição atribuída às raças na estrutura racial são sempre contestados (Gilroy, 1991). O que e quem é preto ou branco, ou índio, reflete e afeta as lutas sociais, políticas, ideológicas e econômicas entre as raças. Os efeitos globais dessas lutas podem mudar o significado das categorias raciais, bem como a posição de um grupo racial em uma formação social.

Este último ponto é ilustrado claramente pelas lutas históricas de vários “grupos étnicos” brancos nos Estados Unidos em seus esforços para tornarem-se aceitos como “Branco” ou “Americano” legítimos (Litwack de 1961; Roediger, 1991; Saxton 1990; Williams 1990). Nem de pele clara, nem, aliás, de pele escura – imigrantes necessariamente vieram para este país como membros da raça X ou Y. Europeus de pele clara, após breves períodos sendo “ainda-não brancos” (Roediger, 1994), se tornaram “Branco”, mas não perderam o seu caráter “étnico”. Sua luta pela inclusão teve implicações específicas: inclusão racial como membros da comunidade branca permitia a americanização e a mobilidade de classe. Por outro lado, entre os imigrantes de pele escura da África, América Latina e Caribe, a luta foi para evitar a classificação como “*Black*”. Estes imigrantes desafiaram a reclassificação de sua identidade por uma simples razão: Nos Estados Unidos, “*Black*” significa um status subordinado na sociedade. Daí muitos desses grupos se esforçarem para manter sua própria identidade étnica ou cultural, como indicado em expressões

²⁴ Este ponto tem sido enfatizado por muitos analistas sociais desde o trabalho crucial de Barth (1969) concebendo a etnicidade como uma forma de organização social.

²⁵ Este último ponto é uma extensão da visão de Poulantzas sobre classe. Raças (como classes) não são uma “coisa empírica”; denotam relações sociais racializadas ou práticas raciais em todos os níveis (Poulantzas 1982, p. 67).

²⁶ Weber ([1920] 1978) fez uma das primeiras declarações dessa visão. Ele considerava raça e etnia como “identidades presumidas” nas quais os atores atribuíam significados subjetivos aos chamados traços comuns. Leach ([1954] 1964), em seu estudo sobre os Kachin nas terras altas da Birmânia, foi um dos primeiros cientistas sociais a ilustrar a maleabilidade das fronteiras étnicas.

como “*Eu não sou preto, eu sou jamaicano,*” ou “*Eu não sou preto, eu sou senegalês*” (Kasinitz e Freidenberg- Herbstein 1987; Rodriguez 1991; Sutton e Makiesky-Barrow 1987). No entanto, eventualmente, muitos desses grupos resolvem esta situação contraditória ao aceitar a dualidade da sua classificação social como negro nos Estados Unidos, mantendo e nutrindo sua própria herança cultural ou étnica profundamente influenciada pelas tradições africanas.

Embora o conteúdo das categorias raciais mude ao longo do tempo através de lutas e processos múltiplos, a raça não é uma categoria secundária de associação de grupo. O significado de preto e branco, a “formação racial” (Omi e Winant 1986), muda dentro da estrutura racial mais ampla. Isso não significa que a estrutura racial é imutável e completamente independente da ação dos atores racializados. Significa apenas que as relações sociais entre as raças se tornam institucionalizadas (formando tanto estrutura, quanto cultura) e afetam sua vida social, quer os membros individuais das raças queiram ou não. Nas palavras de Barth (1969), “A identidade étnica implica uma série de restrições sobre os tipos de papéis que um indivíduo tem permissão para desempenhar [e] é semelhante ao sexo e à posição, na medida em que restringe o titular em todas as suas atividades” (p. 17). Por exemplo, os negros livres durante o período de escravidão se esforçaram para mudar o significado de “negritude”²⁷, e, especificamente, para dissociá-la da escravidão. No entanto, eles não podiam escapar da estrutura de maior dimensão racial que restringiu suas oportunidades de vida e sua liberdade (Berlim 1975; Franklin 1974; Meir e Rudwick 1970).

A colocação de grupos de pessoas em categorias raciais decorreu inicialmente²⁸ dos interesses de atores poderosos no sistema social (por exemplo, a classe capitalista, a classe senhorial, colonizadores). Depois que as categorias raciais foram usadas para organizar as relações sociais em uma sociedade, a raça tornou-se um elemento independente da operação do sistema social (Stone, 1985).

Aqui eu vou me apartar de analistas como Jordan (1968), Robinson (1983), e Miles (1989, 1993), que tomam a mera existência de um discurso racial como manifestação da presença de uma ordem racial. Essa posição permite-lhes falar de racismo nos tempos medievais (Jordan) e para classificar os pontos de vista anticamponês de habitantes urbanos franceses (Miles) ou os preconceitos da aristocracia contra camponeses na Idade Média (Robinson) como expressões de racismo. Em meu ponto de vista, podemos falar de ordens raciais somente quando um discurso racial é acompanhado por relações sociais de subordinação e autoridade entre as raças. As evidências sugerem que as ordens sociais raciais surgiram depois da expansão imperialista da Europa para o Novo Mundo e a África (Boggs 1970; Cox 1948; Furnivall de 1948; Magubane 1990; E. Williams [1944], 1961; R. Williams 1990).

²⁷ NT: *blackness* no original, aqui optamos por traduzir por negritude, fazendo menção ao processo de valorização do ser negro.

²⁸ A motivação para racializar as relações humanas pode ter se originado nos interesses de atores poderosos, mas depois que os sistemas sociais são racializados, todos os membros da raça dominante participam da defesa e reprodução da estrutura racial. Esta é a razão crucial pela qual os analistas marxistas (Cox 1948; Reich 1981) não tiveram sucesso em analisar o racismo. Eles não foram capazes de aceitar o fato de que, depois que o fenômeno se originou com a expansão do capitalismo europeu no Novo Mundo, ele adquiriu vida própria. Os sujeitos racializados como pertencentes à raça superior, fossem ou não membros da classe dominante, tornaram-se zelosos defensores da ordem racial.

Qual é a dinâmica de questões raciais nos sistemas racializados? Mais importante, depois que uma formação social é racializada, sua dinâmica “normal” sempre inclui um componente racial. As lutas sociais baseadas na classe ou no gênero contêm um componente racial porque ambas as categorias sociais também são racializadas; ou seja, tanto a classe quanto o gênero são construídos ao longo de linhas raciais. Em 1922, por exemplo, os trabalhadores sul-africanos brancos no meio de um ataque inspirado pela Revolução Russa se reuniram sob o lema “*Trabalhadores do mundo unam-se por uma África do Sul Branca.*” Uma das “concessões” do Estado para esta luta de “classe”, foi a aprovação da Lei de Aprendizagem de 1922, “que impediu os trabalhadores negros de adquirirem aprendizes” (Ticktin 1991: 26). Em outro exemplo, a luta das mulheres nos Estados Unidos para atingir os seus direitos civis e humanos tem sido sempre atormentada por profundas tensões raciais (Caraway 1991; Giddings 1984).

No entanto, alguns dos conflitos que existem em uma formação social racializada têm um caráter racial distinto; chamo tal conflito de “contestação racial” – a luta dos grupos raciais para mudanças sistêmicas em relação à sua posição em um ou mais níveis. Essa luta pode ser social (Quem pode estar aqui? Quem pertence?), política (Quem pode votar? Quanto poder deve ter? Devem ser cidadãos?), econômica (Quem deve trabalhar, O que deveriam fazer? Eles estão tomando nossos trabalhos!), ou ideológica (*Black is beautiful!*)²⁹. O termo que designa as pessoas de ascendência africana nos Estados Unidos mudou de *Black* para *African-american*)³⁰.

Embora grande parte dessa contestação se expresse no nível individual e seja desconexa, às vezes torna-se coletiva e geral, podendo efetuar alterações sistêmicas significativas na organização racial de uma sociedade. A forma de contestação pode ser relativamente passiva e sutil (por exemplo, em situações de fundamental dominação racial ostensiva, como a escravidão e o apartheid) ou mais ativa e mais evidente (por exemplo, em situações de quase-democracia [474], como os Estados Unidos atualmente). Como regra geral, no entanto, mudanças fundamentais nos sistemas sociais raciais são acompanhadas por lutas que chegam ao ponto de protesto ostensivo.³¹ Isso não significa que uma revolução violenta com base racial é a única maneira de realizar mudanças efetivas na posição relativa dos grupos raciais. É uma simples extensão do argumento de que os sistemas sociais e os seus apoiadores devem ser “abalados” se transformações fundamentais são necessárias.³² Nesta base estrutural repousa o fenômeno do racismo identificado por cientistas sociais.

Reservo o termo *racismo* (ideologia racial) para o segmento da estrutura ideológica de um sistema social que cristaliza estereótipos e noções raciais. Racismo fornece as racionalizações para interações sociais, políticas e econômicas entre as raças (Bobo 1988). Dependendo do caráter particular de um sistema social racializado e das lutas das raças subordinadas, a ideologia

²⁹ NT: Negro é lindo.

³⁰ NT: De negro para africano-americano.

³¹ Este argumento não é novo. Analistas da história racial dos Estados Unidos sempre apontaram que a maioria das mudanças históricas significativas nas relações raciais deste país foram acompanhadas por algum grau de violência aberta (Button 1989; Cruse 1968; Franklin 1974; Marable 1983).

³² Este ponto é importante na literatura sobre revoluções e democracia. Sobre o papel da violência no estabelecimento das democracias burguesas, ver Moore (1966). Sobre o papel da violência nos movimentos sociais que levam à mudança, ver Piven e Cloward (1979) e Tilly (1978).

racial pode ser altamente desenvolvida (como no apartheid), ou vagamente (como na escravidão), e o seu conteúdo pode ser expresso em termos abertos ou velados (Bobo e Smith no prelo; Jackman 1994; Kinder e Sears 1981; Pettigrew 1994; Sears 1988).

Embora o racismo ou a ideologia racial se origine nas relações raciais, adquire autonomia relativa no sistema social e executa funções práticas.³³ Nas palavras de Gilroy (1991), a ideologia racial “media o mundo dos agentes e as estruturas que são criadas pela sua práxis social” (p 17; também ver Omi e Winant, 1994; van Dijk 1984, 1987, 1993). Racismo cristaliza o “dogma” cambiante sobre o qual operam os atores do sistema social (Gilroy, 1991), e torna-se o “senso comum” (Omi e Winant, 1994); ele fornece as regras para se perceber e lidar com o “outro” em uma sociedade racializada. Nos Estados Unidos, por exemplo, os encontros entre Negros e Brancos são permeados por noções acerca do que eles são ou deveriam ser. Por causa disso, os Brancos ainda têm dificuldades em lidar com banqueiros, advogados, professores e médicos negros (Cose 1993; Graham 1995). Assim, embora a ideologia racista seja falsa, em última instância, ela cumpre um papel prático nas sociedades racializadas.

Neste ponto, é possível esboçar os elementos do arcabouço teórico alternativo aqui apresentado. Em primeiro lugar, sistemas sociais racializados são sociedades que alocam recompensas econômicas, políticas, sociais e até mesmo psicológicas diferenciadas para grupos ao longo das linhas raciais; linhas socialmente construídas. Depois que uma sociedade se torna racializada, um conjunto de relações e práticas sociais baseadas em distinções raciais desenvolve-se em todos os níveis da sociedade. Designo o conjunto dessas relações e práticas como a estrutura racial de uma sociedade. Em segundo lugar, as raças são constituídas historicamente de acordo com o processo de racialização; tornam-se o efeito de relações de oposição entre grupos racializados em todos os níveis de uma formação social. Em terceiro lugar, com base nesta estrutura, desenvolve-se uma ideologia racial (o que analistas codificaram como racismo). Essa ideologia não é simplesmente um fenômeno “superestrutural” (um mero reflexo do sistema racializado), mas se torna o mapa organizacional que orienta as ações de atores raciais na sociedade. Torna-se tão real quanto as relações raciais que organiza. Em quarto lugar, a maioria das lutas em um sistema social racializado contém um componente racial, mas às vezes elas adquirem e/ou exibem um caráter racial distinto. A contestação racial é o resultado lógico de uma sociedade com uma hierarquia racial. Uma formação social que incluía alguma forma de racialização sempre apresentará alguma forma de contestação racial. Finalmente, o processo de contestação racial revela os diferentes interesses objetivos das raças em um sistema racializado.

³³ A noção de autonomia relativa vem do trabalho de Poulantzas (1982) e implica que os níveis ideológico e político de uma sociedade são parcialmente autônomos em relação ao nível econômico; ou seja, não são meras expressões do nível econômico.

CONCLUSÃO

Meu argumento central é o de que o racismo, tal como definido pelos cientistas sociais tradicionais, consiste apenas em ideias, não fornece embasamento teórico adequado para compreender fenômenos raciais. Sugiro que, até um arcabouço teórico estrutural ser desenvolvido, os analistas estarão enredados em visões ideológicas infundadas do racismo. Na falta de uma visão estrutural, eles vão reduzir fenômenos raciais a uma derivação da estrutura de classe (como fazem intérpretes marxistas) ou vão ver esses fenômenos como o resultado de uma ideologia irracional (como fazem os cientistas sociais dominantes). Embora outros tenham tentado desenvolver uma compreensão estrutural da questão racial (tais como autores associados às perspectivas institucionalista, colonialismo interno e formação racial) e/ou para escrever sobre questões raciais como estrutural (Bobo e Smith 1998; Cose 1993; Essed 1991; Feagin e Feagin 1993; Page 1996; van Dijk 1993), eles não conseguiram elaborar um arcabouço teórico que se estenda para além da sua crítica das visões dominantes.

No arcabouço teórico alternativo desenvolvido aqui, sugiro que o racismo deve ser estudado do ponto de vista de racialização. Afirmo que depois que uma sociedade se torna racializada, a racialização desenvolve uma vida própria.³⁴ Embora interaja com estruturas de classe e gênero no sistema social, torna-se um princípio organizador das relações sociais em si (Essed 1991; Omi e Winant 1986; Robinson 1983; van Dijk 1987). A raça, como a maioria dos analistas sugere, é uma construção social, mas construções, como classe e gênero, têm efeitos independentes na vida social. Após a estratificação racial ser estabelecida, a raça torna-se um critério independente para a hierarquia vertical na sociedade. Deste modo, diferentes raças experimentam posições de subordinação e autoridade na sociedade e desenvolvem interesses diferentes.

O arcabouço alternativo para o estudo de ordens raciais apresentado aqui tem as seguintes vantagens sobre as visões tradicionais de racismo:

Os fenômenos raciais são considerados como o resultado “normal” da estrutura racial de uma sociedade. Assim podemos explicar todas as manifestações raciais. Em vez de explicar fenômenos raciais como derivados de outras estruturas ou do racismo (concebido como uma ideologia flutuante), podemos atribuir os fenômenos raciais, nos âmbitos culturais, políticos, econômicos, sociais, e até mesmo psicológicos, à organização racial da sociedade.

A natureza mutável do que os analistas rotulam “racismo” é explicada como o resultado normal da contestação racial em um sistema social racializado. Nesse arcabouço teórico, as mudanças no racismo são explicadas em vez de descritas. As mudanças se devem a lutas específicas em diferentes níveis entre as raças, resultantes de diferenças de interesses. Tais mudanças podem transformar a natureza da racialização e o caráter global das relações raciais no sistema (a estrutura racial). Portanto, a mudança é vista como um componente normal do sistema racializado.

³⁴ O historiador Eugene Genovese (1971) desenvolve um argumento semelhante. Embora ainda considere o racismo uma ideologia, ele afirma que, uma vez que "surge, altera profundamente a realidade material e, de fato, torna-se uma característica parcialmente autônoma dessa realidade" (p. 340).

O arcabouço teórico de racialização permite que os analistas expliquem o comportamento racial aberto e oculto. A natureza encoberta ou aberta dos contatos raciais depende de como o processo de racialização se manifesta; isso, por sua vez, depende de como a raça foi originalmente articulada em uma formação social e do processo de contestação racial. Este ponto implica que, em vez de conceber o racismo como um fenômeno universal e uniformemente orquestrado, os analistas deveriam estudar “racismos historicamente específicos” (Hall, 1980: 336). Essa percepção não é nova; Robert Park (1950) e Oliver Cox (1948) e Marvin Harris (1964) descreveram variedades de “situações de relações raciais”, com formas distintas de interação racial.

O comportamento motivado racialmente, estejam os atores conscientes ou não, é considerado como “racional” - isto é, baseado nos diferentes interesses das raças.³⁵ Este arcabouço teórico explica o comportamento racial do tipo Archie Bunker, bem como as variedades mais “sofisticadas” de conduta racial. Os fenômenos raciais são vistos como sistêmicos; portanto, todos os atores do sistema participam dos assuntos raciais. Alguns membros do grupo racial dominante tendem a exibir menos virulência em relação aos membros das raças subordinadas porque têm maior controle sobre a forma e o resultado de suas interações raciais. [P. 476] Quando eles não podem controlar esta interação - como no caso de revoltas, ameaças gerais aos brancos, negros se mudando para a “sua” vizinhança - eles se comportam como outros membros da raça dominante.

A reprodução de fenômenos raciais nas sociedades contemporâneas é explicada neste arcabouço teórico, não por referência a um passado longínquo, mas em relação a sua estrutura contemporânea. Como o racismo é visto como sistêmico (possuindo uma estrutura racial) e organizado em torno de diferentes interesses das raças, os aspectos raciais dos sistemas sociais hoje são vistos como fundamentalmente ligados às relações hierárquicas entre as raças nesses sistemas. A eliminação do caráter racializado de um sistema social implica o fim da racialização e, portanto, de todas as raças. Esse argumento se choca com a prescrição da política mais popular dos cientistas sociais para “curar” o racismo, nomeadamente a educação. Essa “solução” é o resultado lógico da definição do racismo como uma crença. A maioria dos analistas considera o racismo como uma questão de indivíduos subscreverem uma visão irracional, portanto, a cura é educá-los a perceber que o racismo é errado. A educação também é a “pílula” prescrita pelos marxistas para curar trabalhadores do racismo. A teorização alternativa oferecida aqui implica que, como o fenômeno tem consequências estruturais para as raças, a única maneira de “curar” a sociedade do racismo é eliminando suas raízes sistêmicas. Se isso pode ser feito democraticamente ou apenas por meios revolucionários é uma questão em aberto, que depende da estrutura racial particular da sociedade em questão.

Um arcabouço teórico da racialização explica as maneiras em que os estereótipos raciais/étnicos emergem, são transformados, e desaparecem. Os estereótipos raciais são cristalizados no nível ideológico de um sistema social. Estas imagens, em última análise, indicam (embora de forma distorcida) e justificam a posição estereotipada do grupo em uma sociedade. Os

³⁵ As ações da Ku Klux Klan têm um tom inequivocamente racial, mas muitas outras ações (escolher viver em um bairro suburbano, enviar os filhos para uma escola particular ou se opor à intervenção do governo nas políticas de contratação) também têm conotações raciais.

estereótipos podem se originar de (1) realidades materiais ou condições enfrentadas pelo grupo, (2) ignorância genuína sobre o grupo, ou (3) visões rígidas e distorcidas sobre a natureza física, cultural ou moral do grupo. Uma vez que surjam, no entanto, os estereótipos devem se relacionar - embora não necessariamente se encaixem perfeitamente - com a verdadeira posição social do grupo no sistema racializado se quiserem desempenhar a sua função ideológica. Os estereótipos que não tendem a refletir a situação de um grupo não funcionam e estão fadados a desaparecer: por exemplo, as noções de irlandeses como estúpidos ou de judeus como atleticamente talentosos praticamente desapareceram desde a década de 1940, quando os irlandeses subiram na escada educacional e os judeus ganharam acesso a múltiplas rotas de mobilidade social. Geralmente, então, os estereótipos são reproduzidos porque refletem a posição e o status distintos do grupo na sociedade. Como corolário, as noções raciais ou étnicas sobre um grupo desaparecem apenas quando o status do grupo é idêntico ao do grupo racial ou étnico dominante na sociedade.

O arcabouço teórico desenvolvido aqui não é uma teoria universal explicando fenômenos raciais nas sociedades. Destina-se a desencadear uma discussão séria sobre como a raça molda sistemas sociais. Além disso, a importante questão de como a raça interage e se cruza com classe e gênero ainda não foi abordada de forma satisfatória. Provisoriamente, defendo que uma leitura não-funcionalista do conceito de sistema social pode nos dar pistas para a compreensão das sociedades “estruturadas em dominância” (Hall 1980). Se as sociedades são vistas como sistemas que articulam diferentes estruturas (princípios organizadores nos quais conjuntos de relações sociais são sistematicamente padronizados), é possível afirmar que a raça – assim como gênero – tem efeitos individuais e combinados (interação) na sociedade.

Para testar a utilidade da racialização como uma base teórica para a pesquisa, devemos realizar um trabalho comparativo sobre racialização em várias sociedades. Um dos principais objetivos deste trabalho comparativo deve ser o de determinar se as sociedades possuem mecanismos, práticas e relações sociais específicas que produzem e reproduzem a desigualdade racial em todos os níveis, isto é, se possuem uma estrutura racial. Acredito, por exemplo, que a desigualdade persistente vivida por negros e outras minorias raciais nos Estados Unidos hoje é devido à existência de uma estrutura racial (Bonilla-Silva e Lewis 1997). Em contraste com as relações raciais no período de Jim Crow, no entanto, práticas raciais que reproduzem a desigualdade racial na América contemporânea (1) estão cada vez mais encobertas, (2) estão incorporadas em operações rotineiras das instituições, (3) evitam a terminologia racial direta, e (4) são invisíveis para a maioria dos brancos. Ao examinar se os outros países têm práticas e mecanismos que explicam a persistente desigualdade vivida por suas minorias raciais, os analistas podem avaliar a utilidade do arcabouço teórico que apresentei.

EDUARDO BONILLA-SILVA

REFERÊNCIAS

- ADORNO, Theodore W. *The Authoritarian Personality*. New York: Harper and Row, 1950.
- ALLEN, Theodore W. *The Invention of the White Race*. Vol. 1, Racial Oppression and Social Control. London, England: Verso, 1994.
- ALLPORT, Gordon W. *The Nature of Prejudice*. New York: Doubleday Anchor Books, 1958.
- ALVAREZ, Rodolfo, Kenneth G. Lutterman, and Associate. *Discrimination in Organizations: Using Social Indicators to Manage Social Change*. San Francisco, CA: Jossey-Bass, 1979.
- AMOTT, Theresa and Julie A. Matthaei. *Race, Gender, and Work: A Multicultural Economic History of Women in the United States*. Boston, MA: South End Press, 1991.
- ANDERSEN, Margaret and Patricia Hill Collins. *Race, Class, and Gender: An Anthology*. Belmont, NY: Wadsworth, 1995.
- ANTHIAS, Floya and Nira Yuval-Davis. *Racialized Boundaries: Race, Nation, Gender, Colour and Class and the Anti-Racist Struggle*. London, England: Routledge, 1992.
- BALIBAR, Ettiennne and Immanuel Wallerstein. *Race, Nation, Class: Ambiguous Identities*. New York: Verso, 1991.
- BANTON, Michael. The Concept of Racism. In: ZUBAIDA, S.. In: *Race and Racialism*. London, England: Tavistock, 1970, p. 17-34.
- BARRERA, Mario. *Race and Class in the Southwest: A Theory of Racial Inequality*. Notre Dame, IN: University of Notre Dame Press, 1979.
- BARTH, Fredrik. Introduction. In: BARTH, F.. *Ethnic Groups and Boundaries: The Social Organization of Culture Difference*. Norway: Universitetsforlaget, 1969, p. 9-38.
- BENEDICT, Ruth F. *Race and Racism*. London, England: Routledge and Kegan Paul, 1945.
- BERKHOFFER, Robert E. *The White Man's Indian: Images of the American Indian from Columbo the Present*. New York: Vintage, 1978.
- BERLIN, Ira. *Slaves without Masters: The Free Negro in Antebellum South*. New York: Pantheon, 1975.
- BERRY, Brewton. *Race and Ethnic Relations*. Boston, MA: Houghton Mifflin, 1965.
- BLALOCK, Hubert M., Jr. *Toward a Theory of Minority-Group Relations*. New York: John Wiley and Sons, 1967.
- BLAUNER, Robert. *Racial Oppression in America*. New York: Harper and Row, 1972.
- BLUMER, Herbert G. Reflections on Theory of Race Relations In: LIND, A. W.. *Race Relations in World Perspective*. Lind. Honolulu, HI: University of Hawaii Press, 1955, p. 3-21.
- BOBO, Lawrence. Group Conflict, Prejudice and the Paradox of Contemporary Racial Attitudes. In: KATZ, P. A.; TAYLOR, D. A.. *Eliminating Racism: Profiles in Controversy*. New York: Plenum. 1988, p. 85-114.
- BOBO, Lawrence; SMITH, Ryan. From Jim Crow Racism to Laissez-Faire Racism: An Essay on the Transformation of Racial Attitudes in America. In: KATCHIN, W.; TYREE, A.. *Beyond Pluralism*. IL: University of Illinois Press, 1996, p. 182-220.
- BOGGS, James. *Racism and the Class Struggle: Further Pages from a Black Worker 's Notebook*. New York: Monthly Review Press, 1970.
- BONACICH, Edna. Advanced Capitalism and Black/White Relations in the United States: A Split Labor Market Interpretation. In: PETTIGREW, T.. In: *The Sociology of Race Relations: Reflection and Reform*. New York: Free Press, 1980a, p. 341-362.

- BONACICH, Edna. A Theory of Ethnic Antagonism: The Split Labor Market. *American Sociological Review*, 37: 547-559, 1980b.
- BONILLA-SILVA, Eduardo; LEWIS, Amanda. *The 'New Racism': Toward an Analysis of the U.S. Racial Structure, 1960s-1990s*. Department of Sociology, University of Michigan, Ann Arbor, MI. Unpublished manuscript, 1997.
- BOURDIEU, Pierre. *Distinction: A Social Critique of the Judgement of Taste*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1984.
- BUTTON, James W. *Blacks and Social Change: Impact of the Civil Rights Movement in Southern Communities*. Princeton, NJ: Princeton University Press, 1989.
- CARAWAY, Nancy. *Segregated Sisterhood: Racism and the Politics of American Feminism*. Knoxville, TN: The University of Tennessee Press, 1991.
- CARCHEDI, Guglielmo. *Class Analysis and Social Research*. Oxford, England: Basil Blackwell, 1987.
- CARMICHAEL, Stokely. *Stokely Speaks: Black Power Back to Pan-Africanism*. New York: Vintage Books, 1971.
- CARMICHAEL, Stokely; HAMILTON, Charles. *Black Power: The Politics of Liberation in America*. New York: Vintage Books, 1967.
- Chesler, Mark. Contemporary Sociological Theories of Racism. In: KATZ, P. A.. *Towards the Elimination of Racism*. New York: Pergamon, 1976, p. 21-71.
- Cohen, Gerry A. Reconsidering Historical Materialism. In: GALLINICOS, A.. *Marxist Theory*. Oxford, England: Oxford University Press, 1989, p. 88-104.
- COSE, Ellis. *The Rage of a Privileged Class: Why Are Middle Class Blacks Angry? Why Should America Care?*. New York: Harper Collins, 1993.
- COX, Oliver C. *Caste, Class, and Race*. New York: Doubleday, 1948.
- CRUSE, Harold. *Rebellion or Revolution*. New York: William Morrow, 1968.
- DUBOIS, William E. B. *Black Folk, Then and Now: An Essay in the History and Sociology of the Negro Race*. New York: Henry Holt, 1939.
- ESSED, Philomena. *Understanding Everyday Racism: An Interdisciplinary Approach*. London, England: Sage, 1991.
- FANON, Frantz. *Black Skin, White Masks*. New York: Grove, 1967.
- FARLEY, Reynolds. *Blacks and Whites: Narrowing the Gap?* Cambridge, MA: Harvard University Press, 1984.
- FARLEY, Reynolds. The Common Destiny of Blacks and Whites: Observations about the Social and Economic Status of the Races. In: HILL, H; JONES, J. E.. *Race in America: The Struggle for Equality*. WI: University of Wisconsin Press, 1993.
- Farley, Reynolds and Walter R. Allen. *The Color Line and the Quality of Life in America*. New York: Russell Sage, 1987.
- FEAGIN, Joe R. and Clarence Booher Feagin. *Racial and Ethnic Relations*. Upper Saddle River, NJ: Prentice Hall, 1993.
- FRANKLIN, John Hope. *From Slavery to Freedom: A History of Negro Americans*. New York: Alfred A. Knopf, 1974.
- FRASER, Nancy. *Unruly Practices: Power, Discourse and Gender in Contemporary Social Theory*. Minneapolis, MN: University of Minnesota Press, 1989.
- FURNIVALL, J. S. *Colonial Policy and Practice: A Comparative Study of Burma and Netherlands India*. Cambridge, England: Cambridge University Press, 1948.
- GENOVESE, Eugene. *In Red and Black: Marxian Explorations in Southern and Afro-American History*. New York: Pantheon, 1971.

- GESCHWENDER, James A. *Class, Race, and Worker Insurgency: The League of Revolutionary Black Workers*. Cambridge, England: Cambridge University Press, 1977.
- Giddings, Paula. *When and Where I Enter: The Impact of Black Women on Race and Sex in America*. New York: Bantam, 1988.
- Gilroy, Paul. *"There Ain't No Black in the Union Jack": The Cultural Politics of Race and Nation*. Chicago, IL: The University of Chicago Press, 1991.
- GLAZER, Nathan; Daniel P. Moynihan. *Beyond the Melting Pot: The Negroes, Puerto Ricans, Jews, Italians, and Irish of New York City*. Cambridge, MA: MIT Press, 1970.
- GORDON, Milton M. *Assimilation in American Life*. New York: Oxford University Press, 1964.
- GOSSETT, Thomas. *Race: The History of an Idea in America*. Dallas, TX: Southern Methodist University Press, 1963.
- GRAHAM, Otis Lawrence. *Member of the Club: Reflections on Life in a Racially Polarized World*. New York: Harper Collins, 1995.
- HALL, Stuart. Race Articulation and Societies Structured in Dominance. In: UNESCO. *Sociological Theories: Race and Colonialism*. Paris, France: UNESCO, 1980, p. 305-345.
- HARRIS, Marvin. *Patterns of Race in the Americas*. New York: Walker, 1964.
- Horowitz, Donald. *Ethnic Groups in Conflict*. Berkeley, CA: University of California Press, 1985.
- HUNT, Chester L.; Lewis Walker. *Ethnic Dynamics: Patterns of Intergroup Relations in Various Societies*. Homewood, IL: Dorsey, 1974.
- IZIKOWITZ, Karl G. Neighbors in Laos. In: BARTH, F.. *Ethnic Groups and Boundaries: The Social Organization of Culture Difference*. Norway: Universitetsforlaget, 1969, p. 135-144.
- JACKMAN, Mary R. *Velvet Glove: Paternalism and Conflict in Gender, Class, and Race Relations*. Berkeley, CA: University of California Press, 1994.
- JORDAN, Winthrop. *White Over Black: American Attitudes toward the Negro, 1550-1812*. New York: W. W. Norton, 1968.
- KASINITZ, Philip; FREIDENBERG-HERBSTSTEIN, Judith. The Puerto Rican Parade and West Indian Carnival: Public Celebrations in New York City. In: SUTTON, C. R.; CHANNEY, E. M.. *Caribbean Life in New York City: Sociocultural Dimensions*. New York: Center for Migration Studies of New York, 1987, p. 305-325.
- KINDER, Donald R.; SEARS, David O.. Prejudiced and Politics: Symbolic Racism versus Racial Threats to the Good Life. *Journal of Personality and Social Psychology* 40: 414-431, 1981.
- KNOWLES, Louis L.; PREWITT, Kenneth. *Institutional Racism in America*. Patterson, NJ: Prentice Hall, 1969.
- KNUTSON, Eric. Dichotomization and Integration. In: BARTH, F.. *Ethnic Groups and Boundaries: The Social Organization of Culture Difference*. Norway: Universitetsforlaget, 1969, p. 86-110.
- LEACH, Edmund R.. *Political Systems of Highland Burma: A Study of Kachin Social Structure*. London, England: G. Bell and Sons, 1964 [1954].
- LITWACK, Lenn F. *North of Slavery: The Negro in the Free States*. Chicago, IL: University of Chicago Press, 1961.
- MAGUBANE, Bernard M. *The Political Economy of Race and Class in South Africa*. New York: Monthly Review Press, 1990.
- MARABLE, Manning. *How Capitalism Underdeveloped Black America*. Boston, MA: South End, 1983.

- MEIR, August; RUDWICK, Elliot. *From Plantation to Ghetto*. New York: Hill and Wang, 1970.
- MEIR, August; RUDWICK, Elliot. *Racism*. London, England: Routledge, 1989.
- MEIR, August; RUDWICK, Elliot. *Racism after "Race Relations"*. London, England: Routledge, 1993.
- MILES, Robert; PHIZACLEA, Annie. *White Man's Country*. London, England: Pluto, 1984.
- MOORE, Barrington, Jr. *Social Origins of Dictatorship and Democracy*. Boston, MA: Beacon Press, 1966.
- MOORE, Joan W. Colonialism: The Case of the Mexican-Americans. *Social Problems* 17: 463-72, 1970.
- MYRDAL, Gunnar. *An American Dilemma: The Negro Problem and Modern Democracy*. New York: Harper and Brothers, 1944.
- OLZACK, Susan. *The Dynamics of Ethnic Competition and Conflict*. Stanford, CA: Stanford University Press, 1992.
- OMI, Michael; WINANT, Howard. *Racial Formation in the United States: From the 1960s to the 1980s*. New York: Routledge and Kegan Paul, 1986.
- OMI, Michael; Howard Winant. *Racial Formation in the United States: From 1960s to the 1980s*. 2d ed. New York: Routledge, 1994.
- PAGE, Clarence. *Showing My Color: Impolite Essays on Race and Identity*. New York: Harper Collins, 1996.
- Park, Robert Ezra. *Race and Culture*. Glencoe, IL: Free Press, 1950.
- PERLO, Victor. *Economics of Racism U.S.A.: Roots of Black Inequality*. New York: International Publishers, 1975.
- PETTIGREW, Thomas. New Patterns of Prejudice: The Different Worlds of 1984 and 1964. In: PINCUS, F. L.; ERLICH, H. J.. *Race and Ethnic Conflict*. CO: Westview, 1994, p. 53-59.
- PIVEN, Frances Fox; Richard A. Cloward. *Poor People's Movements: Why They Succeed, How They Fail*. New York: Vintage, 1979.
- POULANTZAS, Nicos. *Political Power and Social Classes*. London, England: Verso, 1982.
- POULANTZAS, Nicos. The Economics of Racism. In: REICH, R. Edwards; WEISSKOPF, T.. *The Capitalist System: A Radical Analysis of American Society*. NJ: Prentice Hall, 1978, p. 381-388.
- POULANTZAS, Nicos. *Racial Inequality: A Political-Economic Analysis*. Princeton, NJ: Princeton University Press, 1981.
- REUTER, Edward B. Introduction: Race and Culture Contacts. In: REUTER, E. B.. *Race and Culture Contacts*. New York: McGraw Hill, 1934, p. 1-12.
- REX, John. *Race, Colonialism and the City*. London, England: Routledge and Kegan Paul, 1973.
- REX, John. *Race Relations in Sociological Theory*. London, England: Weidenfeld and Nicolson, 1983.
- REX, John. *Race and Ethnicity*. Philadelphia, PA: Open University Press, 1986.
- ROBINSON, Cedric J.. *Black Marxism: The Making of the Black Radical Tradition*. London, England: Zed, 1983.
- RODRIGUEZ, Clara. *Puerto Ricans: Born in the U.S.A.* Boulder, CO: Westview, 1991.
- ROEDIGER, David. *The Wages of Whiteness: Race and the Making of the American Working Class*. London, England: Verso, 1991.

- ROEDIGER, David. *Towards the Abolition of Whiteness: Essays on Race, Politics, and Working Class History*. London, England: Verso, 1994.
- SANTA CRUZ, Hernan. *Racial Discrimination: Special Rapporteur of the Sub-Commission on Prevention of Discrimination and Protection of Minorities*. New York: United Nations, 1977.
- SAXTON, Alexander. *The Rise and Fall of the White Republic: Class Politics and Mass Culture in Nineteenth-Century America*. London, England: Verso, 1990.
- SCHAEFER, Richard T. *Racial and Ethnic Groups*. 4th ed. CITY, IL: Scott Foresman/Little Brown Higher Education, 1990.
- SCHERMERHORN, Richard A. *Comparative Ethnic Relations: A Framework for Theory and Research*. New York: Random House, 1970.
- SCHUMAN, Howard, Charlotte Steeh, and Lawrence Bobo. *Racial Attitudes in America: Trends and Interpretations*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1985.
- SEARS, David O. Symbolic Racism. In: KATZ, P. A.; TAYLOR, D. A.. *Eliminating Racism. Profiles in Controversy*. New York: Plenum, 1988, p. 53-84.
- Segura, Denise. Chicanas and the Triple Oppression in the Labor Force. In: National Association for Chicano Studies. *Chicana Voices: Intersection of Class, Race, and Gender*. Albuquerque: University of New Mexico Press, 1990, p. 47-65.
- SEWELL, William H., Jr. A Theory of Structure: Duality, Agency, and Transformation. *American Journal of Sociology*, 98:1-29, 1992.
- SHIBUTANI, Tamotsu and Kian Kwan. *Ethnic Stratification*. New York: MacMillan, 1965.
- SNIDERMAN, Paul M.; PIAZZA, Thomas.. *The Scar of Race*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1993.
- SOLOMOS, John. Varieties of Marxist Conceptions of 'Race,' Class and the State: A Critical Analysis. In: REX, J.; MASON, D.. *Theories of Race and Ethnic Relations*. Cambridge, England: Cambridge University Press, 1986, p. 84-109.
- SOLOMOS, John. *Race and Racism in Contemporary Britain*. London, England: MacMillan, 1989.
- STONE, John. *Racial Conflict in Contemporary Society*. Cambridge, England: Cambridge University Press, 1985.
- SUMMER, Willaim Graham. *Folkways*. New York: Ginn, 1906.
- SUTTON, Constance R.; MAKIESKY-BARROW, Susan R.. Migration and West Indian Racial and Ethnic Consciousness. In: SUTTON, C. R.; CHANNEY, E. M.. *Caribbean Life in New York City: Sociocultural Dimensions*. New York: Center for Migration Studies of New York, 1987, p. 86-107.
- SZYMANSKI, Albert. The Political Economy of Racism. In: McNall, S. G.. *Political Economy: A Critique of American Society*. Dallas: Scott Foresman, 1981, p. 321-346.
- SZYMANSKI, Albert. *Class Structure: A Critical Perspective*. New York: Praeger Publishers, 1983.
- THOMAS, William I.; ZNAIECKI, Florian. *The Polish Peasant in Europe and America*. Vol. 1. New York: Knopf, 1918.
- TICKTIN, Hillel. *The Politics of Race: Discrimination in South Africa*. London, England: Pluto, 1991.
- TILLY, Charles. *From Mobilization to Revolution*. Reading, MA: Addison-Wesley, 1978.
- TODOROV, Tzevetan. *The Conquest of America: The Question of the Other*. New York: Harper Colophon, 1984.
- TROULLOT, Michel-Rolph. *Haiti, State Against Nation: Origins and Legacy of Duvalierism*. New York: Monthly Review Press, 1990.

- BERGHE, Pierre Van Den. *Race and Racism: A Comparative Perspective*. New York: John Wiley and Sons, 1967.
- DJIK, Teun A. Van. *Prejudice in Discourse: An Analysis of Ethnic Prejudice in Cognition and Conversation*. Amsterdam, The Netherlands: John Benjamins, 1984.
- DJIK, Teun A. Van. *Communicating Racism: Ethnic Prejudice in Thought and Talk*. Newbury Park, CA: Sage, 1987.
- DJIK, Teun A. Van. *Elite Discourse and Racism*. Newbury Park, CA: Sage, 1993.
- WEBER, Max. *Economy and Society*. Vol. 1. Edited by G. Roth and C. Wittich. Berkeley, CA: University of California Press, 1978 [1920].
- WEBSTER, Yehudi O. *The Racialization of America*. New York: St. Martin's, 1992.
- WELLMAN, David. *Portraits of White Racism*. Cambridge, England: Cambridge University Press, 1977.
- WHATLEY, Warren and Gavin Wright. Race, Human Capital, and Labour Markets in American History. *Working Paper #7*, Center for Afroamerican and African Studies, University of Michigan, Ann Arbor, MI, 1994.
- WHITEMYER, Joseph. Why Actors Are Integral to Structural Analysis. *Sociological Theory* 12:153-65, 1994.
- WILLIAMS, Eric. *Capitalism and Slavery*. New York: Russell and Russell, 1961 [1944].
- WILLIAMS, Richard. *Hierarchical Structures and Social Value: The Creation of Black and Irish Identities in the United States*. Cambridge, England: Cambridge University Press, 1990.
- WILSON, William J. *Power, Racism, and Privilege: Race Relations in Theoretical and Sociohistorical Perspectives*. New York: Mac-Millan, 1973.
- WILSON, William J. *The Declining Significance of Race: Blacks and Changing American Institutions*. Chicago, IL: The University of Chicago Press, 1978.
- WINANT, Howard. *Racial Conditions: Politics, Theory, Comparisons*. Minneapolis, MN: University of Minnesota Press, 1994.
- WINANT, Howard. Class Concepts, Class Struggle and Racism. In: REX, J.; MASON, D.. *Theories of Race Relations*. Cambridge University Press, 1986, p. 110-130.
- WINANT, Howard. *Race, Class and the Apartheid State*. Paris, France: UNESCO Press, 1988.

REPENSAR O RACISMO: RUMO A UMA INTERPRETAÇÃO ESTRUTURAL
 Tradução recebida em 10/05/2023 • Aceito em 15/06/2023
 Revista de Teoria da História | issn 2175-5892



Este é um artigo de acesso livre distribuído nos termos da licença *Creative Commons Attribution*, que permite uso irrestrito, distribuição e reprodução em qualquer meio, desde que o trabalho original seja citado de modo apropriado